

DILEMAS DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS: DOS FATOS E DAS VERSÕES (TEORIAS)*

Emancipative movements Contemporary dilemmas: the facts and the versions (theories)

Carlos Walter Porto-Gonçalves**

Resumo

O artigo reflete acerca dos desafios que os movimentos emancipatórios contemporâneos se defrontam, sobretudo diante da crise do padrão de poder/saber do sistema mundo capitalista moderno colonial patriarcal que nos habita desde 1492. Parte-se do pressuposto que se trata de uma crise multidimensional de larga duração e que põe em xeque as tradições de pensamento herdadas. Buscam-se outros horizontes de sentido a partir de uma avaliação crítica do repertório epistêmico-político dos movimentos emancipatórios com base nas experiências de lutas sociais em curso, sobretudo na América Latina/Abya Yala.

Palavras-chave: Movimentos emancipatórios. Lutas territoriais. Plurinacionalidade.

“Historicamente, os erros cometidos por um movimento verdadeiramente revolucionário são infinitamente mais frutíferos que a infalibilidade do Comitê central mais brilhante.”

Rosa Luxemburgo

Nossa luta é política e epistêmica.

Luis Macas/Catherine Walsh

(Agrônomo quéchua/Investigadora estadunidense-equatoriana)

01- Um mapa-múndi dos anos 1960 nos revelaria o lugar de destaque que os movimentos antissistêmicos foram capazes de alcançar: grande parte da Europa Ocidental estava sob regimes socialdemocratas e mesmo os EEUU gozavam do *welfare state*, resultado de importantes lutas sociais; no Leste europeu, as repúblicas populares sob a égide dos Partidos Comunistas dominavam, assim como na China, no Extremo Oriente, e em Cuba, no Caribe; na

* Trabalho apresentado no *IV Encontro da Cátedra América Latina e Colonialidade do Poder: Para além da crise? Horizontes desde uma perspectiva decolonial* realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2013.

** Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia dos Conflitos Sociais, Geografia e Movimentos Sociais, Justiça Territorial e Ecologia Política. E-mail: cwpg@uol.com.br

África, em grande parte da Ásia e na América Latina o nacionalismo revolucionário ocupava um lugar de destaque.

02- Tomamos esses movimentos – a socialdemocracia, o comunismo e o nacionalismo revolucionário – como antissistêmicos com base em Pablo Gonzalez Casanova e Immanuel Wallerstein. Conforme afirma I. Wallerstein “a estratégia dos dois passos” (WALLERSTEIN, 2008), qual seja, primeiro tomar o poder do Estado para, depois, e a partir desse lugar (que seria) privilegiado, transformar a sociedade. Essa estratégia atingira, naqueles anos sessenta, seu clímax, justamente com a ascensão da socialdemocracia, do comunismo e do nacionalismo revolucionário. Desde então, entramos numa etapa histórica que Aníbal Quijano chama de “crise do padrão de poder do sistema mundo capitalista moderno-colonial” e Giovanni Arrighi chamou de “caos sistêmico” definindo-o como:

03- Uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas sem anulá-lo, ou por uma combinação destas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer tipo de ordem – tende a se generalizar entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1994, p. 30).

04- Desde os anos sessenta, pelo menos três das mais importantes dimensões do “padrão de poder capitalista moderno-colonial eeuurocentrado”¹ indicam essa crise (“caos sistêmico”), a saber: a dimensão racial com a ascensão dos movimentos negro e indígena; a dimensão de gênero com ascensão do movimento feminista e a racionalidade instrumental, que subordina a natureza com todo o aparato do sistema técnico-científico implicado na desordem ecológica global. Em suma, desde os anos sessenta, dominar os negros e os indígenas, dominar as

¹ Na perspectiva de Aníbal Quijano, o poder é entendido como uma malha, uma rede de relações de dominação, exploração e conflito articuladas em torno da disputa e controle sobre cinco dimensões básicas da existência social: o trabalho, a natureza, o sexo, a subjetividade e a autoridade. São, em sua inscrição concreta e histórica, experimentada e vivenciada nos diversos, heterogêneos, dispersos e descontínuos âmbitos da existência social que as relações de poder se realizam e desenham a permanência e durabilidade de uma determinada formação social. Agradeço a Pedro Quental essa nota de esclarecimento.

mulheres e dominar a natureza – condição de produção/reprodução da ordem-que-aí-está – já não se faz sem que sejam publicamente questionados.

05- Essa crise é, ao mesmo tempo, uma crise epistêmica e política. Desde então, passamos a viver o “giro espacial” do conhecimento e, com isso, a condição de possibilidade para que outros grupos sociais com outras temporalidades-territorialidades se fizessem presentes na cena política. Assim, o território, conceito que naturalizava o Estado, é des-substantivado e passa a ser visto como resultado de processos instituintes implicando, sempre, a tríade território-territorialidade-territorialização (PORTO-GONÇALVES, 2001). O Estado territorial, um dos pilares do sistema mundo moderno-colonial, abriga, dentro de si, múltiplas territorialidades em tensão. Pablo Gonzalez Casanova consagrou esse fenômeno como colonialismo interno.

06- Uma leitura do sistema mundo que nos constitui inspirada nesse “giro espacial” nos permite ver que ele é conformado por duas lógicas contraditórias/complementares, a saber: a lógica do capital (D-M-D’) e a lógica territorial (T-T’), conforme Giovanni Arrighi (ARRIGHI, 1994). Embora Marx e Engels tenham afirmado que “o capital não tem pátria”, o capitalismo se constituiu no mesmo movimento que um sistema inter-estatal foi instituído, o que nos indica que Capital e Estado (Territorial), embora distintos, são complementares e contraditórios. Gestores e Burgueses constituem as classes dominantes desde então, os primeiros cuidando das “condições gerais de produção” e os segundos das unidades particulares de produção, mas ambos dependendo do sobretrabalho (da mais valia social total). O Estado se faz o guardião da propriedade privada e, assim, o capital não pode dele prescindir.

07- Giovanni Arrighi destacou o papel do Estado no cenário geopolítico e, ao mesmo tempo, deslocou o conceito de hegemonia da escala geográfico-política em que foi originariamente pensado por Gramsci - a escala nacional do interior das fronteiras dos Estados territoriais, para a escala do sistema mundo com sua geopolítica e sua geoeconomia. É preciso dialetizar a relação entre essas duas escalas porque, desde os anos 1960,

08- pela primeira vez, no sistema mundo capitalista moderno colonial, outros protagonistas passam a ter relevância à escala mundial quando diferentes movimentos sociais se põem contra a ordem constituída e explicitam sua crise tanto no campo capitalista como no campo socialista para nos mantermos nos termos que os próprios grandes protagonistas se automeavam na

Guerra Fria. Insistimos que a ordem mundial então constituída contava com a ativa participação de movimentos que até então se colocavam como antissistêmicos. Registremos que, embora Marx e Engels afirmassem, em 1848, “proletários de todo o mundo, uni-vos” ao encerrarem o Manifesto Comunista, aquele brado não atingia mais que alguns países de uma província do mundo, o subcontinente europeu, e os Estados Unidos. Sabemos o quanto a burguesia cumpria, ainda, à época do Manifesto sua “missão civilizatória” no México e na Índia, na visão dos fundadores do comunismo!

09- Não é qualquer mudança a que assistimos desde então. É toda uma tradição do pensamento crítico de origem europeu que também é colocado em xeque a partir desses anos 1960. Como não podia deixar de ser nesse contexto, o marxismo, como a mais importante corrente teórico-política crítica desse pensamento/ação de origem europeia, foi o mais questionado. Desde então, ganha força a crítica ao eurocentrismo e sua pretensão universalista tanto na vertente liberal burguesa, à direita, como na vertente socialista/comunista/anarquista, à esquerda. Assim, outros grupos sociais não mais deveriam subordinar-se a um sujeito revolucionário determinado, no caso o proletariado de matriz urbano-industrial. A cumplicidade da socialdemocracia, e mesmo dos comunistas franceses (vide Argélia)², com o colonialismo era não só um equívoco político, mas também epistêmico. Uma “geopolítica do conhecimento” (Mignolo) entrava em crise!

10- O “giro espacial” do pensamento a que assistimos desde os anos 1960/1970 é parte da mundialização do mundo que, desde então, se aprofunda. A sobrevalorização do tempo, do devir, do vir a ser, da utopia - que nos projeta a outro tempo, a um não-lugar onde tudo haveria de ser melhor - do progresso e da evolução, que a revolução deveria acelerar (ainda aqui é o tempo que é sobrevalorizado, acelerado), impedia que o mundo falasse desde outros lugares e regiões, silenciando outros povos subtraindo a contemporaneidade histórica de outras regiões.

10.1- Não olvidemos que essas regiões outras eram habitadas por povos que foram subalternizados pelo simples fato de serem outros, diferentes, seja pela cor da pele, seja por seu modo de pensar/agir/sentir. Como insiste Aníbal Quijano, o racismo é instituinte do sistema mundo capitalista moderno colonial que nos habita até hoje.

² Cumpriria a burguesia da França também uma missão civilizatória na Argélia. Não é o que pensa Frantz Fanon. Voltaremos ao tema.

10.2- O pseudoconceito de raça chegou a se revestir de pretensões de cientificidade mostrando a serviço de que a ciência pode estar a serviço! A colonialidade do saber e do poder (Walter Mignolo, Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfogel, Catherine Walsh, Silvia Rivera Cusicanqui entre tantas e tantos) promovera um enorme “desperdício de experiência humana” (Boaventura de Sousa Santos) ao hierarquizar os diferentes povos e suas culturas. Afinal, não se coloniza quem é igual e, assim, o colonizado é, primeiro, inferiorizado. Como nos recorda Franz Fanon (1965), não é possível entender o colonialismo apenas a partir dos aparatos militares e administrativos que engendram a dominação física de algumas populações e territórios. O colonialismo deve ser entendido também a partir dos discursos de inferiorização dos colonizados. Inferiorização imposta pelo colonizador e incorporada e reproduzida nos próprios referenciais culturais do colonizado. Logicamente, nos diz Fanon, “*no es posible someter a la servidumbre a los hombres sin inferiorizarlos parte por parte.*” Nesta acepção, o autor nos evidencia o profundo vínculo entre colonialismo e racismo, pois “el racismo no es más que la explicación emocional, afectiva, algunas veces intelectual, de esta inferiorización” (FANON, 1965, p. 48).

10.3- Já no Renascimento europeu, o Homem (e não a mulher) havia saltado da Natureza e, com o Antropocentrismo, haveria de dominá-la. Desse modo, tudo que é dominado o é *por natureza*. Assim, as mulheres e as raças, que seriam entes da natureza, deveriam ser dominadas pelos homens brancos, assim como as mãos haveriam de estar subordinadas à cabeça (ao intelecto) mantendo, assim, a tradição clássica europeia do trabalho manual estar subordinado ao trabalho intelectual, o corpo à mente. A crítica à separação Homem e Natureza, Corpo e Espírito e Razão e Emoção (“*hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamas*”) deixa de ser eminentemente teórica e se torna mundana com o movimento feminista, negro, indígena e o movimento ecológico, entre outros.

10.4- A propriedade privada (con)sagrada pelo liberalismo burguês traz, junto, os privados de propriedade (que devem subordinar-se aos investidos de propriedade) que, no capitalismo, estão preocupados com um equivalente *geral* – o dinheiro - que ignora o que é *específico*, o trabalho *abstrato* que ignora os trabalhos *concretos*, com o valor de *troca* que subordina *outras práticas sociais*. E como o equivalente geral é matematicamente abstrato, sequer sem limites³. O dinheiro, equivalente geral e que sequer expressão da riqueza, não sendo a riqueza mesma,

³ E limite é origem da palavra, e a razão de ser, da política.

como nos ensina Midas desde a Grécia clássica, levará ao paroxismo a exploração da natureza através da subordinação do trabalho.

10.5- Os grupos sociais, seja a classe operária, sejam as múltiplas campesinidades, sejam as etnias, sejam os povos, sejam as nacionalidades, tanto quanto a Natureza, são todos subalternizados, dominados/explorados. Corpo/mente, assim como Natureza/Cultura caem um fora do outro. A egosofia do “(Eu) penso, logo (eu) existo”, precedido pelo “eu conquisto” (Dussel), impõe-se diluindo as comunidades, etnias, povos e nações à ideologia liberal do Um, que nos dará a cidadania branca, burguesa, patriarcal e eurocêntrica dos (mais) iguais entre si.

11- Não sem sentido uma nova questão se inscreve no debate sobre a crise do sistema mundo capitalista moderno-colonial: o vetor ecológico. E não se trata de uma questão qualquer, haja vista apontar para os limites da socialização do modo de vida individualista do mundo burguês. Conforme dados da ONU, os 20% mais ricos do planeta são responsáveis pelo consumo de 84% da matéria e energia manipuladas anualmente. A promessa do então Secretário Geral do Partido Comunista, Sr. Georges Marchais, candidato à presidência da França em 1974, de que todos os franceses teriam um carro, se mostrara impossível, para não dizer risível. Enfim, a crítica marxista contra a exploração do homem pelo homem na sociedade burguesa, ainda que necessária, se mostraria insuficiente diante da ameaça de um desenvolvimento das forças produtivas subordinadas não só à lógica do valor de troca, já assinalada acima (ITEM 10.4), mas também a uma lógica do valor de uso, conforme o caso do uso generalizado do carro recomendada por um comunista (LANDER, 2008 [1984]). Afinal, a crítica à sobrevalorização da *produção* do valor de troca em nome da valorização da *produção* do valor de uso continua prisioneira da lógica *produtivista*.

12- O primado dado a uma Ciência/Técnica ancorada na ideia de dominação (e já vimos que não só da natureza, mas de tudo que a ela é assimilada) se esboroa desde Hiroshima e Nagasaki (1945) e Minamata (1951). A Ciência, com a bomba atômica, mostra que não está, necessariamente, a serviço da vida nem da emancipação humana, conforme a promessa iluminista. Tampouco os homens escapam às cadeias tróficas como o demonstram os peixes contaminados por mercúrio na baía de Minamata (1951), que envolvem o ser humano e matam. O mesmo será visto, mais tarde, com a Gripe Aviária, com a Gripe Suína e também quando a vaca ficou louca. É preciso admitir, desde então, e isso faz parte do novo léxico político, outros saberes, outras racionalidades, abandonando a visão provinciana de uma única razão, seja ela

de onde for. Afinal, todos os povos e suas culturas se alimentam, curam suas doenças, amam, assim como estão imersos em conflitos próprios e inventam instituições para resolvê-los. Não há povo/cultura completo. A incompletude é característica de todo ser vivo cujos poros indicam a necessária abertura (Maturana e Varela)⁴. Portanto, não há modelos a seguir, mas diálogos que, todavia, não podem olvidar as relações de poder que impedem que o diálogo intercultural se estabeleça (Walsh).

13- A cumplicidade da socialdemocracia, e mesmo dos comunistas franceses (vide Argélia), com o colonialismo foi, como vimos, não só um equívoco teórico-político, mas também epistêmico. Um pensamento outro, decolonial, com Frantz Fanon (1925-1961) e Aimé Césaire (1913-2008) virá do Caribe⁵, mar que serviu de plataforma para a constituição do sistema mundo desde seu primeiro momento: mar dos (des)encontros onde os indígenas foram simplesmente dizimados; mar onde se introduziu: (1) a modernização tecnológica com os engenhos para manufaturar o açúcar⁶; (2) a monocultura, que só tem sentido se for produção obrigada para outrem e não para si próprio⁷; (3), o moderno trabalho escravo, sobretudo de negros trazidos da África.

14- Como vemos, não só escravismo, mas escravismo racializado (racismo) denunciará Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra*⁸. Será também nesse mesmo Mar do Caribe, na Ilha de São Domingos, particularmente no Haiti, que os limites coloniais do sistema serão desmascarados ainda no primeiro momento da segunda moderno-colonialidade (sob hegemonia da Europa Norte Ocidental e não mais Ibérica), ao não admitir para os negros da então colônia francesa os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade válidos na Europa. A colonialidade se mostra atual ainda hoje, quando ignoramos 1804 nas comemorações dos bicentenários das independências dos países latino-americanos.

⁴ Há um dito popular no Brasil que diz: quem não é inteligente “é tapado”, ou seja, não tem poros, aberturas!

⁵ Será no Caribe que o movimento da negritude, que grassará na África nos anos cinquenta e sessenta terá seu início (Ver Os Jacobinos Negros, de Cyril James).

⁶ Quando na Europa não havia manufatura do porte dos engenhos das *plantations* de Cuba, Haiti e também do Brasil. Daqui se exportava açúcar que é um produto manufaturado e não matéria-prima. Assim, a modernização tecnológica, inclusive as novas tecnologias de poder como a escravatura e as Cidades das Letras (Angel Rama) estavam nas Américas antes mesmo de estar presente na Europa. Somos modernos há 500 anos!

⁷ Ninguém faz manufatura quando tem que produzir para si mesmo. Há um componente político embutido na técnica da monocultura que, inclusive, tende ou requer o latifúndio.

⁸ Frantz Fanon experimentara a violência colonial francesa não só por sua condição de caribenho da Martinica, mas também na guerra cruel dos franceses na Argélia onde trabalhou como médico psiquiatra.

15- Os anos 1960/1970 são, assim, anos de bifurcações, como diriam Prigogine e Stengers, tanto por cima, com o neoliberalismo, quanto por baixo, com o novo debate que se inscreve no campo das lutas emancipatórias.

16- As fronteiras começam a ser borradas, e não só as fronteiras geográfico-políticas, mas também as fronteiras de gênero (liberdade sexual e de opção sexual), entre as disciplinas científicas (inter-trans-multidisciplinariedade) e, pouco se destaca, as fronteiras ideológicas da Guerra Fria tão rigidamente estabelecidas até então. Registro, pelas consequências que terá na reconfiguração da Geografia política contemporânea nos dias de hoje, a visita de Nixon-Kissinger à China Comunista, em 1973, estabelecendo uma aliança entre Wall Street e o PC chinês. Mais que pastiche pós-moderno, vemos aqui pragmatismo político onde os interesses nacionais (e imperialistas) estadunidenses mostram todo seu peso ao eleger a URSS como seu principal inimigo nacional e a China como parceira.

17- As teorias clássicas da esquerda elaboradas em alguns poucos países centrais (Alemanha, França, Inglaterra e Itália) e em uma semi-colônia (Lênin), a Rússia, haveriam de ser confrontadas nesse novo momento pós anos 1960/1970, “quando novos atores entram em cena”, na feliz expressão de um dos mais importantes cientistas sociais contemporâneos do Brasil, Eder Sader. No Brasil surgiria até mesmo um partido político – o PT - que recusava qualquer ideologia em seu nome, e que só dizia quem eram, ou deveriam ser, e no plural, os seus protagonistas, indicando a tensão com as tradições herdadas da esquerda eurocêntrica também entre nós.

18- Um dos legados, e não dos melhores, que nos vem desse novo período pós anos 1960/1970, é a recusa mútua ao diálogo entre a esquerda tradicional e os novos movimentos sociais que se formam desde então. Há, até mesmo, uma recusa da teoria tão ressaltada pela esquerda tradicional⁹, por parte dos “novos movimentos sociais” que, muitas vezes, em nome da recusa da grande teoria que tudo quer abarcar, recusa qualquer teoria. Assim, estamos diante do desafio de um novo modo de produção de teorias – não mais teoria teórica, como ironizava Pierre Bourdieu, que nos ajude a dar conta da heterogeneidade estruturante do sistema mundo

⁹ Conforme Lênin “não há prática revolucionária sem teoria revolucionária”. A formulação, é claro, não resolve a questão da relação entre teoria e prática. E aqui o lugar da teoria deve ser entendido num sentido muito preciso, qual seja, o lugar a partir de onde ela é enunciada, enfim, por quem essa teoria é formulada. Consideremos que práxis é um conceito que não opõe teoria e prática.

capitalista moderno colonial (Quijano) e que seja capaz de dar conta da diferença, valor que, desde então, se apresenta como parte do novo léxico político.

19- Está por se explorar, ainda que criticamente, os ricos conceitos de Lênin, desde sua teoria do imperialismo e seus conceitos de “povos e países coloniais e semicoloniais” que, na verdade, é o capitalismo visto da periferia. Suas formulações fazem baixar à terra as teorias centradas na Europa Ocidental, como o fez em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, onde brota o conceito de formação social em que o capitalismo se vê concretamente sobre o terreno, além de suas ideias a respeito da autodeterminação dos povos, que poderiam ser boas pistas para um diálogo com o pensamento decolonial. Voltarei a esse ponto mais adiante. Mas, tudo indica, que isso não será possível entre os marxistas leninistas, que ignoram o caráter situado de sua produção teórica e que, por isso, não exploram a riqueza desse pensamento que precisou ir além de Marx para entender o que é o imperialismo, ou que só teria formulado a teoria do imperialismo porque não estava no centro capitalismo, mas sim na periferia, mostrando que há uma relação entre o “espaço geográfico e as localizações epistemológicas”, como demonstrou Walter Mignolo. O mesmo pode ser dito do vai-e-vem de Marx com relação à questão nacional e, mesmo, sobre o papel do lugar, mais especificamente da comuna, esse obviamente forçado pelas circunstâncias das lutas de classes na Comuna de Paris, onde a Associação Internacional dos Trabalhadores teve um papel irrelevante.

20- “Entretanto, a globalização neoliberal em curso também valorizará, à sua maneira, a diferença: (a) valorizando a diferença entre os lugares, na medida em que quanto mais globalizado é o capital, maior é a sua atenção às diferenças que possam proporcionar maior extração de renda, de mais valia. Nesse caso, não é o lugar enquanto tal que importa, mas as suas possibilidades de proporcionar uma nova espécie de renda diferencial por localização; (b) valorizando e destacando as diferenças identitárias, como as de opção sexual, as de gênero, as de idade, as de cor e quantas mais forem possíveis explorar enquanto nichos de mercado. Cada vez mais a publicidade segmenta cada um em várias qualidades a quem oferece um produto. A subjetividade é mercantilizada e, assim, a diferença pode estar a serviço da acumulação de capital, a serviço da desigualdade. A diferença, vê-se, pode não ser libertária. À liberdade sexual, por exemplo, ofereceu-se a mercantilização da sexualidade, a pornografia. A liberdade virou uma calça *Lee* velha e desbotada. O direito de ir e vir, uma marca de sapatos. A palavra precisa ser recuperada” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

21- Diante da crítica às rígidas hierarquias, o neoliberalismo e sua ideologia pós-moderna, nos oferecerá a flexibilização generalizada, sobretudo das relações de trabalho (*Just in time*). Da concentração industrial fordista, de onde a classe operária soube tirar proveito, remeter-nos ao toyotismo e à acumulação flexível, impingindo a maior derrota à classe operária desde sua constituição. A reorganização espacial do capitalismo tão salientada por David Harvey teve aqui seu verdadeiro *leit motif*. Ao brado do “Abaixo as fronteiras” nos foi oferecida a liberdade (da Organização Mundial) do comércio e a captura do Estado pelos e para interesses das corporações financeiras de um modo jamais visto.

22- Com isso, o Estado se des-democratiza e se des-nacionaliza, num sentido muito preciso que foi atribuído a essas expressões por Aníbal Quijano, onde o Estado abandona a nação e, assim, a ilusão democrática se esvai. A Grécia, berço da democracia, é talvez, hoje, o exemplo mais vivo desse processo de des-democratização e des-nacionalização salientado por Quijano.

23- Nesse novo período pós-anos 1960, a revolução tecnológica se mostra como verdadeiramente é (e sempre foi): uma revolução nas relações sociais e de poder. Afinal, as revoluções tecnológicas não são externas às sociedades que as instituem. Por isso, não mais revolução industrial, mas revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia industrial (ou revolução nas relações sociais de poder por meio da tecnologia verde¹⁰ e outras) e, no interior dessas revoluções, há luta, há tensão: *software* livre X *software* proprietário; livre difusão da informação ou barreiras proprietárias impostas pelas grandes corporações para CDs e DVDs; organismos laboratorialmente modificados, denominados equivocadamente organismos geneticamente modificados, ou as múltiplas culturas camponesas e dos povos originários em luta contra a mudança do lugar de produção do conhecimento embutido nos alimentos, nos remédios (as novas fábricas, o laboratório, controlado pelas grandes corporações passam a ser o novo lugar de produção de conhecimento e não mais o campo e os camponeses). No fundo, é disso que se trata: se os lugares de produção do conhecimento das sementes continuarão sendo os campos/as florestas/as savanas/páramos/punas/lagos/mares e rios, como vem sendo desde que o homem começou seu processo de hominização, ou serão os laboratórios das grandes corporações (PORTO-GONÇALVES, 2008); agroecologia ou agrotóxicos?

¹⁰ Não olvidemos o significado e contexto ideológico da expressão Revolução Verde que surge quando camponeses famintos fazem uma grande marcha com bandeiras vermelhas na China para combater a miséria. A Revolução Verde se colocou contra a Revolução Vermelha.

24- E como o sistema técnico é parte das relações sociais e de poder que o constitui, será por meio das novas tecnologias que se abrirão novas arenas políticas. As redes sociais (web) passam a ser objeto da ação política e, nesse sentido, são emblemáticos, pelo manejo desses recursos, tanto o movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira, nos anos 1980, como o zapatismo, a partir de 1994, sobretudo. Verificamos, então, (1) como determinados grupos sociais, até então invisibilizados, passam a se fazer presentes tanto no cenário político nacional como global e (2) novas formas de convocação mais horizontais passam a se fazer mais presentes e mais frequentes, assim como outras formas de manifestações - *bloque de rutas* (piqueteiros), ocupações urbanas (Okupas e Sem Tetos) e rurais, acampamentos em beira de estrada (MST), bloqueio de estradas e marchas. Diante da nova forma de acumulação flexível pós-fordista, novas formas de manifestação e de convocação onde as hierarquias e centralizações do Estado, dos partidos e dos sindicatos se veem postas em xeque.

25- É preciso sublinhar que a existência desses novos meios não são os responsáveis pela existência dos conflitos em torno dos quais esses grupos sociais passam a protagonizar a cena política. Aqui se juntam múltiplas temporalidades/territorialidades na conformação de outro léxico político, outras práxis. Contribuíram, para isso, de um lado, (1) o reconhecimento no pós-guerra, no âmbito da ONU, dos direitos das minorais étnicas no interior dos estados territoriais (pretensamente uni-nacionais), ainda que inicialmente esses direitos tivessem sido pensados com relação aos judeus em função da barbárie nazista sofrida por esse povo (ORTIZ, 2012); (2) a descolonização dos países africanos e asiáticos; (3) já nos anos 1980/1990, a fragilização dos Estados quanto às políticas de integração dos grupos sociais subalternizados (a des-democratização e a des-nacionalização de Quijano) e a ampla liberdade para a circulação dos capitais e (4) a introdução, desde 1972, de uma agenda ecológica, ainda que inicialmente numa perspectiva eurocêntrica (itens 10.3 e 10.5), como um novo vetor na arena geopolítica global. A CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – realizada no Rio de Janeiro em 1992, já indicava a tensão estabelecida por esses outros protagonistas, aqui em destaque as várias campesinidades e os povos originários, com o deslocamento do caráter eurocêntrico do vetor ecológico. Chico Mendes, por exemplo, põe em xeque a separação povos/cultura, de um lado, e natureza, de outro, quando afirma que “não há defesa da floresta sem os povos da floresta”. Registre-se que, no Brasil, Chico Mendes é protagonista da Aliança dos Povos da Floresta que articula várias campesinidades da

Amazônia com os povos indígenas, uma inédita aliança. Um outro tempo, de larga duração, é posto em debate quando, em 1992, esses grupos sociais atualizam o 1492, ou seja, os 500 anos do sistema mundo moderno colonial capitalista que, diga-se de passagem, tem seu início com a desterritorialização dos povos originários de Anauac/Tawantinsuyu/IvyRupa/Caribe/Pindorama ou, simplesmente, Abya Yala, entre os vários nomes de um continente que, depois, seria nomeado pelos invasores como América.

26- Essas campesinidades/territorialidades não podem ser entendidas se não a associarmos ao mais intenso processo expropriatório jamais visto na história da humanidade observado pós anos 1960/70. Em números: do aumento da população mundial, em termos absolutos, de 3 bilhões e 720 milhões habitantes entre 1960 e 2010, nada mais, nada menos que 67% se estabeleceu em ambientes (mal) denominados urbanos, ou seja, 2 bilhões e 515 milhões desses habitantes se localizaram em cidades. Assim, somente 1 bilhão e 204 milhões se estabeleceram em ambientes não-urbanos. Em 1960, dos habitantes de todo o planeta 63,1% estavam nas áreas rurais, e 32,9% em áreas urbanas. Em 2010, aproximadamente 53% da população mundial era urbana, e 47% rurais. Registre-se que 70% desses urbanos do mundo estão na América Latina e Caribe, na Ásia e na África, em ambientes precários que melhor seriam chamados de subcidades e não nas cidades-luzes que se anunciaram no horizonte evolucionista de matriz eurocêntrica. Não se conhece, na história da humanidade, um processo tão intenso e extenso de expropriação de camponeses e de populações indígenas, pelo menos à escala planetária. Na América Latina/AbyaYala, esse processo expropriatório foi ainda mais intenso, haja vista que do crescimento da população total de 380 milhões de habitantes no período 1960 e 2010, nada mais nada menos que 368 milhões se estabeleceram nas cidades, sobretudo em suas periferias: ou seja, 96,7% do total do crescimento populacional total se deu nas (sub)cidades em contraste com a proporção de 67% no mundo. No Brasil, esses números se mostram ainda mais espetaculares, se é que cabe essa denominação para designar a maior intensidade desse processo expropriatório entre nós: segundo a FIBGE, entre 1960 e 2010, a população brasileira total aumentou em 144 milhões de habitantes; a população urbana aumentou em mais de 150 milhões de habitantes, número maior que o crescimento da população total do país no período, passando de 19,5 milhões, em 1960, para mais de 170 milhões, em 2010. Por outro lado, a população rural passou de 35,5 milhões de habitantes, em 1960, para aproximadamente 27,7 milhões em 2010, com uma diminuição não só proporcional, mas também em números absolutos de aproximadamente 8 milhões de habitantes nesses últimos 50 anos.

27- Como salientara Humberto Cholango, ex-líder camponês e, depois, Coordenador da CONAIE – Coordenadora de Nacionalidades Indígenas do Equador -, deslocando sua identidade de camponês para indígena, essa nova conformação identitária se tornara possível em função da crise da esquerda tradicional e sua perda de influência nos movimentos sociais andinos. O neozapatismo também opera esse deslocamento¹¹. A experiência vivenciada pelos indígenas miskitos durante a Revolução Nicaraguense (1979-1989), que se reivindicava marxista, explicita essa dificuldade das teorias críticas eurocêntricas darem conta do protagonismo desses povos outros nos processos emancipatórios em curso, conforme explicita Hernan Diaz-Polanco, antropólogo marxista mexicano que teve um papel destacado na luta dos miskitos contra “os contras” e em conflito também com os sandinistas. O mesmo se vê, hoje, no TIPNIS, na Bolívia, ou na Sierra de Perijá, na Venezuela.

28- Desde a queda do muro de Berlin, intensas lutas sociais foram travadas na América Latina/Abya Yala, abrindo um novo ciclo de lutas entre nós e, nesse processo, outra agenda teórico-política foi sendo forjada. Destaquemos, nesse sentido, o Caracazzo de 27 de fevereiro de 1989, assim como as Grandes Marchas protagonizadas pelos indígenas das Terras Baixas e da Amazônia boliviana e da Amazônia equatoriana em 1990. Desde o primeiro momento do Consenso de Washington (1989), os grupos subalternizados das periferias urbanas se mobilizaram na Venezuela, sofrendo o massacre conhecido como Caracazzo. Assim os campesíndios ampliaram a brecha do multiculturalismo e seu pós-modernismo eurocêntrico com as Marchas Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território. No lugar do multiculturalismo, propuseram a interculturalidade (Walsh), a crítica do “colonialismo interno” (Lafont e Casanova) e a colonialidade do saber e do poder (Lander, Quijano, Mignolo, Silvia Rivera Cusicanqui, Santiago de Castro Gomez, Ramon Grosfogel). Frantz Fanon e Aimé Césaire redivivos!

29- Insisto aqui na importância de se estabelecer um diálogo teórico-político entre, de um lado, essa rica tradição em construção do Pensamento decolonial que muito deve a Frantz Fanon

¹¹ Com isso, movimentos sociais e pensadores que estavam invisibilizados ganham relevância no cenário teórico-político, como o movimento katarista, o movimento indígena equatoriano, Conejo Polar, Rodolfo Kusch, René Zabaleta Mercado, José Carlos Mariátegui, Orlando Falls Borda, Paulo Freire entre tantas e tantos outros. Não há como deixar de registrar aqui a enorme importância, entre nós, na América Latina/Abya Yala das comunidades eclesiais de base, sobretudo depois das conferências episcopais de Puebla e Medellín que, antropofagicamente, reuniu o que na Europa havia ficado separado: o cristianismo e o marxismo.

e Aimé Césaire, a Paulo Freire (Pedagogia do oprimido), a Orlando Falls Borda (Pesquisa-ação), à Teoria da dependência (Rui Mauro Marini e Theotonio dos Santos, sobretudo), à Teoria da Autopoiesis de Humberto Maturana e Francisco Varela e, de outro lado, as ricas tradições do socialistas e libertárias europeias (Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Korsch, Anton Pannekoek, Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, Otto Bauer e Antonio Gramsci), (ITEM 16), como parecem fazer o katarismo (Zabaleta Mercado) e o neozapatismo (Sub-comandante Marcos).

30- À tradição iluminista da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” cuja colonialidade (racismo) não atravessara o Trópico de Câncer (vide Haiti) se apresenta, agora, a defesa “da Vida, da Dignidade e do Território”. Com a “Vida” trazem ao debate seu sentido amplo de comunidade de vida – as plantas, os animais, os glaciares/rios/montanhas, os parentes vizinhos (etnias, povos, nacionalidades), os espíritos; com a “Dignidade” trazem a exigência de respeito à sua condição de grupos sociais, etnias, povos e nacionalidades com culturas próprias, dignas de reconhecimento e respeito na sua diferença, prontas para um diálogo intercultural que pressupõe romper com as relações sociais e de poder que o impedem (Walsh); com o “Território” afrontam um dos pilares do sistema mundo capitalista moderno-colonial que é o seu sistema inter-estatal com base no princípio da soberania, que ignora que no interior das fronteiras territoriais dos Estados habitam múltiplas territorialidades através de relações sociais e de poder marcadas pelo “colonialismo interno” (Lafont e Casanova). O território, graças aos movimentos indígenas e de afroamericanos (em seus *cumbes*, *pallenques* e quilombos) e às diferentes campesinidades que se conformaram através das lutas sociais (seringueiros, faxinalenses, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre tantas e tantos) fazem com que o *território* deixe de ser “a base natural do Estado” e passe a ser visto através dos tensos e intensos conflitos, os *fronts* através dos quais se conformam as *fronteiras*¹².

31- O conceito resignificado de território indica que a dignidade forjada nas lutas que conformam as identidades (processos de identificação) não pode afirmar-se sem as condições materiais para sua produção/reprodução (Arturo Escobar, Enrique Leff, Carlos Walter Porto-

¹² As fronteiras são costumeiramente delimitadas por rios e cerros/morros, serras e montanhas ou por linhas matemáticas imaginárias – as longitudes e latitudes - que seriam “neutras”. Não olvidemos que o meridiano Zero, em 1493, na primeira moderno-colonialidade sob hegemonia ibérica, era o Meridiano de Tordesilhas que dividia o mundo entre o Império espanhol e o Império português. Estabelecida nova hegemonia, a britânica com a segunda moderno-colonialidade, o meridiano zero se desloca para Greenwich. Marca-se a Terra como se marca o gado. Registre-se, ainda, que de-limitar é estabelecer limites que, originariamente, em grego, designa *polis*, o muro que separa a cidade do campo e raiz da palavra política. As *fronteiras*, por seu turno, não escondem o *front* dos con-*front*-os que as constituem.

Gonçalves). Assim, politizam a cultura e a natureza com um conceito que implica ver a sociedade constituindo-se no mesmo movimento, e não antes ou depois, em que constituem seu espaço geográfico através do tempo. O vetor ecológico da geopolítica global, institucionalizado em 1972 na Conferência de Estocolmo, que não fora inventado por esses nem para grupos sociais, é por eles resignificado na luta por território, dignidade e pela vida.

32- Outros horizontes de sentido para a vida são vislumbrados quando esses movimentos societários propõem o debate em torno do *buen vivir* que, em boa medida, é uma ideia que se abre à diversidade das territorialidades e que se constitui contrastivamente a uma ideia de desenvolvimento que se quer universal, mas que traz em seu cerne uma racionalidade hegemônica que tem origem numa província específica do mundo, a Europa Norte Ocidental, e universalizada pelo capital cujo cerne é a ideia de dominação da natureza.

33- Se a “lógica do capital” (D-M-D’) se libera com a desterritorialização (expropriação) das comunidades camponesas (*enclousures*) e dos povos originários, que separados (individualizados) da terra e de suas territorialidades se veem obrigados a submeter-se ao mundo da mercantilização, seja vendendo a sua força de trabalho, seja vendendo produtos do seu trabalho (M-D-M) para sobreviver, nos vemos, hoje, diante de múltiplas lutas pela reapropriação social da natureza (Leff) com a re-significação dos territórios. A guerra da água, de Cochabamba, em 2000; a Guerra do Gás, também na Bolívia (2003); as lutas pelas Reservas Extrativistas dos seringueiros da Amazônia brasileira. São as lutas que afirmam a diversidade – as muitas identidades que reivindicam dignidade – seja através das lutas por demarcação dos territórios de liberdade desencadeadas há muitos anos (séculos) nos *pallenques*, nos *cumbes* e nos quilombos por aqueles e aquelas que *cimarronearam*; seja pelos povos indígenas que lutam não só por seus resguardos e/ou reservas, mas também pelo caráter plurinacional e comunitário dos estados territoriais em que vivem, como no Equador (Estado Plurinacional) e na Bolívia (Estado Plurinacional e Comunitário); seja na luta por autogoverno nas Juntas de Bom Governo zapatistas; seja nas comunidades autônomas do Conselho Regional Indígena – CRIC - em Cauca.

34- Ao conceito de soberania, que remete ao Estado, esses movimentos societários oferecem ao debate teórico-político o conceito de autonomia, de autogoverno. Há um fio condutor que liga a luta pela “vida, a dignidade e o território” ao que propõem como

plurinacionalidade, autonomia e autogoverno. Afinal, a colonialidade do saber e do poder atravessa as relações entre as nacionalidades, as etnias, as relações étnico-raciais (“colonialismo interno”). Essa colonialidade do saber e do poder se estende à relação com a natureza que, na tradição dos povos originários, sequer têm um nome para designá-la. O equivalente homeomórfico (Pannikar) que emana dos povos originários andinos para Natureza – Pachamama - é a ideia de *Physis* na tradição europeia tal e qual formulada pelos filósofos pré-socráticos. Chama-nos a atenção o fato de as novas constituições equatoriana e boliviana serem as primeiras, em todo o mundo, a reconhecerem a natureza como portadora de direitos. Essa ideia implica que o poder não deve ser algo distante, mas sim próximo às múltiplas nacionalidades através das comunidades. O território do estado deve estar próximo das territorialidades onde os sentidos da vida são estabelecidos, o que pressupõe relações sociais e de poder “relativamente mais democráticas e relativamente mais justas”, apropriando-me aqui da expressão de Immanuel Wallerstein.

35- Alguns ensaios estão sendo postos contraditoriamente em curso, como no IPSP – *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* – instituído pelos movimentos sociais bolivianos, inicialmente com um claro sentido de resistência às hierarquias clássicas dos partidos políticos tradicionais: querem um *instrumento* para a soberania dos povos e não um partido. Mesmo quando, mais tarde, desdobraram esse instrumento político para se habilitarem no campo eleitoral criando o MAS – *Movimiento al Socialismo* – o fizeram enquanto *movimento* e não como *partido*. Observe-se, ainda, o caráter da diversidade quando dizem que o *instrumento político* é para a *soberanía de los pueblos*, no plural, e não do povo, como na esquerda tradicional. O mesmo pode ser visto na APPO – *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca*, no México. As contradições do processo boliviano nos trazem esse rico debate, haja vista a imbricação capitalista com a colonialidade ensejando o fortalecimento de uma burguesia aymara e um associação perversa de circuitos globais do capital com um campesinato de origem indígena subordinado às cadeias de um mercado para-legal de coca-cocaína, como se pode depreender de análises de intelectuais de alto nível como Luis Tapia e Silvia Rivera Cusicanqui. A colonialidade do ser em curso se mostra com toda crueza na discriminação contra os povos indígenas das terras baixas e da Amazônia, como no conflito do TIPNIS e nos conflitos envolvendo os povos guarani em defesa dos seus territórios contra a exploração de gás.

36- Não é a primeira vez que experiências emancipatórias trazem à luz questões como a diversidade e a autonomia. Sobre a questão da autonomia, a experiência da Comuna de Paris nos traz as melhores contribuições da tradição do socialismo libertário de origem europeia. A começar pelo fato de ter colocado a Comuna como *locus* privilegiado da ação/reflexão política, o que não é qualquer coisa numa tradição marcada por universalismos que privilegiavam a escala supralocal (“Proletários de todo o mundo, uni-vos”. Marx e Engels).

Durante os 72 dias da Comuna de Paris, em 1871, “sob a liderança dos blanquistas e, secundariamente, proudhonianos e bakuninistas, os *communards* organizaram o primeiro poder revolucionário a adotar uma ideologia abertamente [...] proletária” (VAINER, 2006). Segundo Carlos Vainer

A Comuna: mais que um simples nome, mais que um mero remetimento ao Conselho Geral de Paris eleito democraticamente, a adoção orgulhosa do nome trazia consigo toda uma concepção e programa de organização social. Contra o Estado autocrático centralizado e centralizador – do poder e da riqueza –, os revolucionários conclamam todas as comunas a se insurgirem contra o poder central e a assumirem o poder em suas respectivas jurisdições, a fim de que se possa constituir *uma livre federação de livres comunas*. A esse respeito, escreveu Marx (1871, p.25): “A Comuna de Paris havia de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria de ceder lugar também nas províncias ao governo dos produtores pelos produtores. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna deveria ser a forma política inclusive das menores aldeias do país” (MARX, 1871 apud VAINER, 2006).

37- Sobre o tema da diversidade, o legado do socialismo libertário de origem europeia é mais ambíguo, e prevalecem na tradição hegemônica nesse campo os ideais da Revolução Francesa, em que o povo-nação deveria “representar o interesse comum em oposição ao interesse privado e o bem comum em oposição ao privilégio” onde “as especificidades étnicas eram secundárias”, como bem destacara Eric Hobsbawn.

38- A chamada “questão das nacionalidades” exigiu muito debate entre os socialistas. Se em Marx e no Manifesto prevalecia a ideia de que

a unificação universal do gênero humano, iniciado pelo capital sob a égide do mercado mundial, seria completado pela vitória do proletariado socialista” [...] “no Partido Austríaco, em vez da marcha inexorável para o apagamento de todas as fronteiras e toda a diversidade, o caminho a ser trilhado seria o da valorização dessa diversidade,

conforme nos esclarece Carlos Vainer. E, continua,

duas utopias, ambas reivindicando o socialismo: numa, o universalismo se realiza pela unificação num único gênero humano e numa única literatura universal, como prenunciava o *Manifesto*; noutra, a utopia do universalismo se realiza pela convivência do diverso. Em Otto Bauer essa segunda utopia vai ser radicalizada. Mais que comunidade cultural e lingüística, a Nação é agora definida como “comunidade de destino”. Em outras palavras: a nacionalidade, o pertencimento e a identidade nacionais não estão ancorados apenas no passado – patrimônio cultural e lingüístico herdados, mas também e, sobretudo, no futuro, num destino (imaginário) compartilhado. A Nação e os particularismos deixam de ser o adversário a combater para transformarem-se em objetivo a alcançar no embate com a vocação homogeneizadora do mercado mundial. Cabe aos socialistas preservar as nações e suas culturas, em vez de completar a obra destrutiva do capital.

Segundo Otto Bauer

A diversidade das nações e, portanto, a existência mesma das nações, é um projeto de futuro, posto que, até hoje, os trabalhadores estiveram excluídos da Nação. A educação e a superação do capitalismo como envelope econômico da sociedade permitirão o pleno florescimento das nações “como comunidade da educação, do trabalho e da cultura”. A Nação e seu (re)encontro com os trabalhadores seria, pois, um dos objetivos dos socialistas”. [...] A tarefa da Internacional deve e pode ser não o nivelamento das especificidades nacionais, mas a realização da unidade internacional na diversidade nacional. (BAUER apud VAINER, 2006).

39- “Esse ideal de república federativa comunal, como chamou atenção Korsch (1929), estava muito mais próximo do federalismo de blanquistas e proudhonianos que das teses marxistas” (VAINER, 2006). Na melhor tradição iluminista e suas pretensões universalistas, vale a advertência de que a comuna revolucionária nada tem a ver com nenhum tipo de comunidade, fundada em laços de sangue, língua, cultura ou territoriais. Ela é uma comunidade de cidadãos, e não de linhagens ou de vizinhos. [...] Da mesma maneira, encontramos aqui também a forma federativa proposta, alguns anos mais tarde, por Renner e Bauer: a federação dos *communards* é de base territorial, e não de base nacional, étnica e/ou cultural. Marx imediatamente incorpora (a Comuna) em seu esquema *escalar*. [Diz ele]

A Comuna era, pois, a verdadeira representação de todos os elementos são da sociedade francesa e, portanto, o *governo nacional autêntico*. Mas, ao mesmo tempo, como governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho, era um *governo internacional* no pleno sentido da palavra. Ante os olhos do exército prussiano, que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro”. (MARX [1871], apud VAINER, 2006).

Como se vê, há uma “comunidade de cidadãos” e não de “linhagens”, “étnicas”, “raciais” ou de “laços de sangue”. Tudo parece indicar que Walter Mignolo tem razão ao dizer

que teria faltado ao marxismo “a experiência colonial”. Mas que, como vimos, não teria faltado aos revolucionários socialdemocratas austríacos (Congresso de Brünn, de 1899), sobretudo a Renner e a Otto Bauer.

À noção de autodeterminação e soberania, Renner e o Partido Austríaco opunham a noção de autonomia. E não apenas reconheciam virtudes na organização do Estado imperial dual austríaco e húngaro, como defendiam que essas virtudes fossem aprofundadas, ampliadas, radicalizadas. As escolas deveriam adaptar-se a essa realidade e ensinar também em checo, croata e outras línguas.

Separar as nacionalidades que já estavam unidas no Império seria empurrar para trás, e não para a frente, a luta internacionalista pela integração de todos os povos. Um império democratizado, respeitador das autonomias culturais seria, de alguma maneira, um prenúncio do mundo socialista.

As posições de Renner foram adotadas pelo Congresso de Brunn, quando, pela primeira vez, um partido socialista assumia, formal e abertamente, um programa nacional. E [...] propugnava a transformação da Áustria numa democrática federação de nacionalidades. No lugar do exclusivismo dual austro-húngaro, constituir-se-iam corpos auto-administrados de todas as nacionalidades do império, dotados de autonomia cultural e linguística, respeitados em todos os territórios os direitos das minorias, garantidos por lei adotada pelo Parlamento federal.

40- Esse rico legado da tradição revolucionária europeia merece entrar em diálogo com rico léxico teórico-político advindo das experiências emancipatórias iniciadas com o *affair* Miskitos/Revolução Sandinista (1979-1989), com a experiência dos seringueiros da Amazônia brasileira (Aliança dos Povos da Floresta) que culmina com o assassinato de Chico Mendes (1988), com o Caracazzo (1989) e com as Grandes Marchas na Bolívia e Equador (1990). A Conferência da ONU no Rio de Janeiro em 1992 (CNUMAD) e a re-significação da data feita pelos povos originários associando-a 1492; o Levante Zapatista de 1994; a Guerra del Água (Cochabamba) em 2000 e a Guerra do Gás também na Bolívia em 2003 são momentos fortes de afirmação desse outro léxico político. “Vida, Dignidade e Território”, “Estado Plurinacional”, “Estado Plurinacional Comunitário”, *Pueblos* (e não mais Povo), Interculturalidade, Autonomia, Auto-governo, Buen vivir/Suma qamaña/Suma kawsay para ficar nos próprios termos que nos foram oferecidos pelos que vem protagonizando essas lutas, são conceitos que emanam das experiências emancipatórias em Abya Yala/América Latina.

41- Mais de uma dezena de governos caíram desde os anos noventa por *mobilizaciones callejeras* e não mais pela força de golpes de estado civil-militares, como nas piores tradições de nossa região. Desde os anos 1990, caíram por essas mobilizações de rua, 3 governos na Bolívia, 3 no Equador, 2 na Argentina e um no Peru, no Brasil e Paraguai. Reiteramos que essas intensas experiências de lutas sociais se deram justamente sob a maior crise jamais vivida pelas

esquerdas, depois da Queda do Muro de Berlin, e sob as intensas políticas antipopulares do chamado Consenso de Washington (ITEM 25). *E pur si muove*.

42- Desde 1998/1999, com a eleição e posse de Hugo Chavez Frías na Venezuela, que um novo cenário se abre com a assunção de governos que se elegem a partir da deslegitimação das políticas neoliberais promovidas por amplas mobilizações populares com o protagonismo das populações das periferias urbanas, das mulheres, das múltiplas campesinidades (MST, Via Campesina, seringueiros, retireiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, caiçaras), dos povos originários (CONAIE, CRIC, TIPNIS, mapuches, yukpas, ashuar, mundurucus ...) e dos afro-latino-americanos (PCN – Processo de Comunidades Negras da Colômbia; quilombolas – Brasil) se destacam com seus múltiplos processos de identificação¹³ forjados nos *fronts*, nos conflitos.

Com a eleição desses governos (Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai e Equador, além do Chile com Michele Bachelet) os movimentos sociais que protagonizaram essas experiências emancipatórias passam a se ver diante de novos desafios ao se relacionarem com governos que ocupam o Estado com suas estruturas de poder e de saber marcados pela colonialidade. Em alguns países, houve a tentativa de refundar o Estado através de experiência de Assembleias Constituintes, como na Venezuela, na Bolívia e no Equador¹⁴.

43- Há um componente da nova ordem geopolítica e econômica que se segue à Queda do Muro que deve ser bem dimensionado pelas implicações que tem especificamente para o novo contexto que se abre nos anos 1990 na América Latina, sobretudo com os desdobramentos que se dão a partir do ano 2000 quando ascendem governos como os acima caracterizados.

44- A queda do muro de Berlim, em 1989, ainda que sendo fruto das contradições internas próprias ao socialismo realmente existente, teve também a contribuição nada desprezível a aliança política entre os Gestores Estatais norte-americanos e Wall Street, de um lado, e os Gestores do Partido Comunista chinês, aliança essa consumada na visita de Nixon à China comunista, então em plena Guerra Fria, em 1973. Não se tem dado a atenção devida ao fato de

¹³ Talvez a bandeira da Whypala seja a melhor expressão estético-política desse novo campo das lutas emancipatórias.

¹⁴ Os conservadores, com a ajuda do imperialismo estadunidense, acusaram o seu medo a esses processos de consulta popular se antecipando com um golpe contra a pretensão do então Presidente Manoel Zelaya de fazer uma consulta ao povo hondurenho de convocar uma constituinte

que são esses os grandes beneficiários da queda da União Soviética. Essa aliança EEUU/Wall Street e China/Partido Comunista encabeça o novo bloco de poder global da nova fase superior do capitalismo (o novo imperialismo). A transferência de plantas industriais de capitais norte-americanos e europeus à China, a enorme capacidade dos Gestores do Partido Comunista¹⁵ e seu compromisso de manter as grandes reservas que a China possui em dólares em Wall Street, sustentam politicamente a nova fase do capitalismo mundial.

45- As demandas chinesas por matérias-primas começam a se ampliar abrindo “uma janela de oportunidades”, como tem sido chamado na América Latina, com a exploração dos recursos naturais em nossa região para exportar *commodities*. Alguns ideólogos de esquerda na América Latina têm visto nisso uma abertura para políticas anti-imperialistas, como se têm pronunciado alguns governantes, sobretudo na Venezuela, Equador e Bolívia. Tudo indica que estamos diante de uma nova configuração de poder entre o Capitalismo Monopolista de Estado, sob hegemonia estadunidense, e o Capitalismo de Estado Monopolista, sob hegemonia dos Gestores do Partido Comunista chinês.

46- O então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, convocara em Brasília os 12 chefes de estado da América do Sul para criar a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana. Tudo indica que estávamos diante do início de uma nova fase de reorganização espacial do capitalismo que, de certa forma, procurava ajustar o espaço geográfico latino-americano às novas condições da economia da região, cujos dados de comércio exterior acusam: (1) um aumento significativo do comércio intrarregional, conforme indicam os dados da CEPAL, como também o comércio através do oceano Pacífico, sobretudo para a China, começa a indicar um aumento significativo. No mesmo período em que é proposto a IIRSA é proposto também o PPP e, em ambos, o BID se faz presente. O Presidente Lula da Silva logo depois, em 2003, tomará a iniciativa de mudar as regras que permitiram ao maior banco de fomento do mundo fora da China, o BNDEs, a financiar as empresas brasileiras no exterior, o que até então era vedado já que a instituição havia sido criada em 1952 para fomentar o desenvolvimento nacional. Com isso, a IIRSA passa a ter um forte impulso num contexto onde

¹⁵ Durante essas últimas três décadas em que os Gestores do PC – Chinês se mantêm à frente do *Capitalismo de Estado Monopolista* que caracteriza o país, fortalecidos internamente, inclusive, por essa aliança política com os EEUU que lhes permitiu derrotar os “setores radicais” da Revolução de 1949, as taxas de crescimento têm-se mantido em dois dígitos e, embora venham caindo nos últimos anos pós-crise financeira de 2008, suas taxas se mantêm em níveis de fazer inveja aos Gestores do *Capitalismo Monopolista de Estado* sob hegemonia estadunidense.

o Brasil começa a protagonizar uma política de afirmação geopolítica sub-regional como parte do projeto geopolítico de inserção na ordem global.

47- Nos anos 1990, uma onda de regulação estatal estabelecera um novo “sistema de normas” (Milton Santos) transferindo para corporações privadas bens públicos, muitos dos quais empresas estatais, assim como flexibilizou direitos sociais (em precisa linguagem marxista, ampliando a mais valia absoluta) e a livre circulação de capitais¹⁶. O “novo imperialismo”, para me aproveitar da caracterização de David Harvey, mostrará sua face de “acumulação por despossessão” ao atualizar o que Chico de Oliveira, em seu ensaio *Crítica à Razão Dualista*, pioneiramente havia chamado a atenção, ainda nos anos 1970, de que “a acumulação primitiva (do capital) não é genética, mas sim estrutural”.

48- Com essa nova regulação no “sistema de normas”, os capitais corporativos globalizados, sobretudo estadunidenses e espanhóis ganharam mais espaço na América Latina e pouco a pouco, mas cada vez mais, os capitais chineses começam a aportar na região. Em finais dos anos 1990, é visível o crescimento do comércio da América Latina com a Ásia e, sobretudo com a China. Esse fato não escapou aos Gestores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) e outras agências de coordenação e fomento a serviço da acumulação do capital que, no ano 2000, propuseram a IIRSA para resolver um impasse: a mudança no “sistema de normas”, posta em prática nos anos 1990, encontrava sérias dificuldades para se viabilizar haja vista que toda a infraestrutura de portos, aeroportos, estradas, energia, comunicações – o “sistema de objetos” de Milton Santos – se mostrava inadequado. De um lado, porque historicamente a geografia econômica da região não foi estabelecida para integrar nossos países (nem mesmo para integrar os países como tais¹⁷), mas sim para integrar a região à divisão internacional do trabalho, sobretudo explorando até a exaustão seus recursos naturais, seja exportando manufaturas como já o fazíamos desde o século XVI com os engenhos de açúcar de Cuba, Haiti e Brasil, ou como região provedora de matérias-primas agrícolas e minerais. De outro lado, porque, pela primeira vez, desde o século XVI, o

¹⁶ Os Estados Unidos bem que tentaram estabelecer sua secular Doutrina Monroe com a ALCA, embora não tenham sido bem-sucedidos em função da ampla resistência popular e que contou com a ação decisiva do governo venezuelano, único país que oficialmente fez um plebiscito para que a população opinasse e decidisse sobre o tema.

¹⁷ O geógrafo brasileiro Manoel Correia de Andrade batizou de arquipélago socioeconômico o arranjo espacial dos diversos complexos regionais de exportação existentes no Brasil e que não se ligavam entre si.

Atlântico Norte deixa de ser o centro geoeconômico do mundo, que se desloca para o Pacífico¹⁸. Enfim, entre os anos de 2000 e 2001, dois megaprojetos de reorganização espacial do capitalismo, como salienta David Harvey, são propostos: (1) o Plan Puebla Panamá, para a América Central – hoje Plano Meso-América – e, (2) a IIRSA, na América do Sul. Ambas iniciativas procurando adequar a América Latina à nova configuração geográfica global do capitalismo, resultado da aliança estabelecida em 1973 EEUU/Wall Street e China/Partido Comunista vitoriosa, desde 1989, com a queda do muro de Berlin/derrocada da União Soviética.

49- A herança de extrema injustiça social entre nós, ainda agravada pela colonialidade do saber e do poder que nos estrutura enquanto injustiça étnica e racial, implica demandas sociais de curto prazo em formações sociais cujas estruturas de poder, o latifúndio por exemplo, permanecem intocadas. A retomada da capacidade de ação econômica e fiscal do Estado por parte dos novos governos se torna o principal instrumento imediato para promover alguma transferência de renda: *Plan Trabajo* (Argentina), *Juancito Pinto* (Bolívia), Bolsa Família (Brasil), as *Missiones* (na Venezuela), são algumas dessas iniciativas. Para isso, apostam na exportação de *commodities* de onde retiram grande parte dos recursos que lhes proporcionam fazer aquelas transferências. No Brasil, as oligarquias financeiras, do latifúndio do *agribusiness*, do setor mineral contam, agora, com novos aliados, os Gestores dos fundos de pensão, em sua maior parte originários do movimento sindical (Zibechi, 2012). Em 2011, dos US\$ 100 bilhões de dólares financiados pelo BNDEs, onde essa elite delibera sob a coordenação do governo, nada mais nada menos que 57% foram para apenas 12 empresas! O Presidente do BNDEs, Sr. Luciano Coutinho, justificou esses investimentos concentrados em algumas poucas empresas dizendo que não se faz uma potência “sem as suas multinacionais”.

50- O *affair* da construção da hidrelétrica de Belo Monte é um caso-conceitual que nos revela o outro lado dessa moeda: o Consórcio Norte Energia criado pelo governo especificamente para viabilizar essa mega-obra que, diga-se de passagem, afugentou inicialmente o investimento de grandes corporações tão grandes eram os problemas a serem enfrentados, sobretudo com relação às populações indígenas e ribeirinhas, além dos ambientais, enfrentara grande resistência por parte daquelas populações! Situações semelhantes têm sido

¹⁸ Uma empresa chinesa viu aprovado pelo Parlamento da Nicarágua, em 2013, a construção um novo complexo portuário, que inclui um canal interligando o Atlântico ao Pacífico, a uma distância de não mais de 600 km do atual Canal do Panamá que, como sabemos fora estratégico para a política de segurança dos Estados Unidos, pelo menos desde 1903.

verificadas em vários países da América Latina, independentemente da coloração ideológica dos governos: TIPNIS, na Bolívia; Conga/Cajamarca, no Peru; Sierra de Perija onde habitam os indígenas Yukpa, na Venezuela; Famatima/Catamarca, na Argentina, na Amazônia equatoriana, no rio Bio-Bio, na tensão histórica Mapuche-Chile.

51- Tudo indica que estamos diante de um novo consenso, o Consenso das *Commodities*, como lhe chamou Maristela Svampa, que vão das “*locomotivas del desarrollo*”, do direitista Presidente Santos, na Colômbia, ao “*boom* minero” de Ollanta Humala, no Peru, ao PAC – Plano de Aceleração do Desenvolvimento - do governo Lula-Dilma Rousseff, à “*revolución vial*” de Evo Morales, aos “*Ejes del Desarrollo*” do Plan Pátria, na Venezuela, esses três últimos se reivindicando de esquerda. Em todos esses casos e em todos os lados, aumentam a violência contra as populações, sobretudo as que estão ao longo desses eixos de desenvolvimento, que melhor seriam chamados se acrescentássemos que são também eixos de violência, devastação e conflitos. No Brasil, somente nos últimos 10 anos, foram assassinados 560 índios em conflitos por suas terras/territórios, segundo o CIMI! A resistência dos grupos sociais a esses empreendimentos tem sido criminalizada e, não raro, os críticos desse modelo são desqualificados com argumentos pela esquerda que lembram a recuperação da fábula dos setecentos do “perro de hortelano” pelo direitista Presidente Alain Garcia que nos legou o massacre de Bagua.

52- Tudo indica que estamos diante de uma nova versão do *There Is No Alternative* – TINA, como alertou Eduardo Gudynas, de um novo pensamento único. Na última eleição na Venezuela, segundo o sociólogo Edgardo Lander, os dois candidatos divergiam em todos os temas debatidos e só com relação ao aumento da produção de petróleo concordavam plenamente!

53- Por todo lado, os movimentos sociais se veem divididos. Parece-nos que o conceito de cooptação é insuficiente para designar o que vem se passando quando novos setores são incorporados às elites no poder, cuja origem está em instituições tradicionalmente ligadas aos setores populares, sobretudo, mas não só, ao mundo sindical, como no caso dos fundos de pensão! Na Bolívia, as confederações sindicais *cocaleras* continuam todas sob o comando de um mesmo Presidente que, ademais, é Presidente da República. Eis parte de uma possível explicação para o complexo conflito do TIPNIS, área habitada por indígenas das terras baixas,

tradicionalmente vistos como atrasados, até mesmo pelos indígenas andinos, por suas práticas como caçadores, coletores, pescadores. No Brasil, os fundos de pensão chegam a manejar algo em torno de 7% do PIB brasileiro, ou seja, uma enorme concentração da capacidade de investimentos em alguns poucos fundos dos trabalhadores de empresas como a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Vale, entre outras. Na Venezuela são os Gestores militares que manejam os recursos, sobretudo da PDVSA! Não são proprietários privados capitalistas tradicionais, como se designa a burguesia. Vivem do excedente social (da mais valia) através da Gestão, daí chamá-los de Gestores, sem que sejam proprietários privados. No limite, podem até eliminar a propriedade privada, até mesmo partilhar a gestão (co-gestão), todavia, manifestam grande resistência à autogestão, à autonomia, ao autogoverno.

54- A razão técnica e razão de Estado voltam a se encontrar e, outra vez, vemo-nos, como nos anos 1960, diante da “estratégia dos dois passos”, como nos alertara Immanuel Wallerstein (ITEM 3). Há algum aprendizado a se retirar dessas experiências emancipatórias. Um deles é que o Estado pode até melhorar as condições de vida das pessoas, o que não é qualquer coisa, sobretudo para os milhões e mesmo bilhões de “condenados da terra”. Só de famintos a FAO reconhece um bilhão de habitantes no mundo. Mas o Estado não é o *locus* de emancipação de ninguém, como afirma I. Wallerstein. Essa é a ilusão a ser abandonada. Para evitar dúvidas e más interpretações: o Estado pode fazer algo, e muito, para minimizar o sofrimento humano, como tem feito por vários governos pressionados pelas lutas sociais e, como sabemos, o Estado pode e vem sendo usado contra os pobres, os trabalhadores e, por sua colonialidade, contra os diferentes que, entre nós, têm nomes próprios escondidos atrás do conceito de indígena, quando manejados por governos autoritários e insensíveis aos reclamos populares, como vimos no período neoliberal. Portanto, não olvidemos sua importância para superar muitas das misérias que ainda acometem milhões e milhões de habitantes no mundo. Todavia, não façamos da necessidade virtude! A necessidade não é liberdade, condição para a igualdade verdadeira posto que traz em si mesma a dignidade! Enfim, mais que tomar o poder há que se construir o poder, como vimos na Comuna de Paris, nas Juntas de Bom Governo zapatistas, no CRIC - Conselho Regional Indígena de Cauca -, no TIPNIS, enfim, nesses diversos ensaios de outros mundos que, assim, se mostram reais e que resultam das contradições do sistema mundo moderno-colonial capitalista.

39- O padrão colonial capitalista eurocentrado de poder e de saber (Quijano), em “caos sistêmico” (Arrighi), vê-se em conflitividade aberta que se manifesta nos fatos e nas suas interpretações (teorias). Como bem destacou Luis Macas, as lutas que se travam são, ao mesmo tempo, epistêmicas e políticas. Não se trata somente de socializar um conhecimento que tem sido privilégio de alguns e que se têm a si mesmos como um saber superior e que inferioriza/desqualifica outros saberes. Como bem dissera Boaventura de Sousa Santos, o colonialismo nos legou um enorme “desperdício de experiência humana”. E, retomando um de seus exemplos, se queremos ir à Lua, usemos o conhecimento da ciência ocidental, mas se queremos conhecer a floresta amazônica (ou outro bioma, ou saber pescar, colher, plantar), dialoguemos com o saber ancestral dos povos/etnias/nações que ali habitam. Portanto, há que se descolonizar o pensamento em busca de uma justiça cognitiva. Nesse sentido é necessário ir

55- ... contra a teoria teórica, conforme a rica expressão de Pierre Bourdieu que, assim, nos sugere que não recusemos a teoria, mas sim que recusemos a teoria que abandona o mundo e que, de fora, como Deus, como Theo(ria), quer impor-se ao mundo, de fora do mundo, revivendo Platão, mesmo quando se reivindica materialista! No fundo, o que se quer é a reafirmação do conceito de práxis, enquanto teoria que emana com a prática. Não mais teoria como representação que tenta aprisionar o mundo nas ideias e, assim, esquece-se que o mundo é movimento e não se deixa aprisionar por nenhuma teoria. Com frequência as ideias, como *ídolos*, são idolatradas e se fecham ao mundo que procuram encerrar dogmaticamente. Não mais teorias que não sintam o mundo! É preciso retomar o que Gaston Bachelard chamou de lógica materialista em sua *Poética do Espaço*!

56- Com isso é todo o problema da representação, das mediações. Enfim, é todo o problema da política que não pode mais se dar simplesmente com representantes tal como o *conhecimento*. Não mais uma redução totalizante do mundo em busca de um universal num mundo que se desenvolve de modo desigual e combinado. Se assim é não há modelos possíveis para reduzir um mundo que é diverso, ou melhor, pluriverso.

57- Não olvidemos que o símbolo do fascismo é um conjunto de gravetos amarrados por um laço formando um facho. A ideia fascista é que cada graveto isolado é frágil e que a união faz a força. Todavia, o laço que une cada graveto é um laço externo a cada um deles e, se cortado, torna cada qual frágil novamente, pois trata-se de uma unidade externa, mecânica. O

desafio teórico-político é construir politicamente a unidade na diversidade, mas elos/laços que não sejam externos, que sejam uma unidade orgânica!

58- O poeta português Luiz de Camões (1524-1580), em pleno Renascimento, nos dissera que “navegamos em mares nunca dantes navegados” diante de outros mundos que se abriam à sua frente. É disso que se trata quando afirmamos que estamos diante da crise “do padrão de poder e de saber capitalista colonial eeuurocentrado” (Quijano) ou de “caos sistêmico” (Arrighi), onde também “navegamos em mares nunca dantes navegados”, o que implica dizer que nossos mapas cognitivos não dão conta dos contornos dos mares em que nos encontramos. O “giro espacial” e o “giro decolonial” nos abrem alguns caminhos e se queremos um outro pensamento que dialogue *com* o mundo, e não mais um pensamento *sobre* o mundo, escutemos as vozes sobretudo dos que sentem no corpo, na carne, a opressão/exploração desse sistema mundo em crise e que existem em resistência, em r-existência. E invocar a escuta é um convite a que nos acerquemos desse/as outro/as que existem/r-existem, haja vista que o ato de escutar nos move a nos aproximar do outro, ao contrário da visão que sempre se quer ampla, de sobrevoos, distante, que nos afastemos. Esse acercamento implica que se respeite o lugar, os lugares, os que *aí* habitam, seus habitats e seus *habitus*, ensejando o que Milton Santos em seu último livro - *Por Uma Outra Globalização* (SANTOS, 2001) - havia insinuado como um mundo que aí-está em potência: uma confederação de lugares, de comunas.

59 - Escutemos, pois...

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir 2003 – *O Capitalismo e a Nova Questão Agrária*. Fórum do Terceiro Mundo – Senegal. Consultado em 03/11/2003 http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html.

ANDERSON, Pierre, 1977 *Linhagens do Estado Absolutista*. Ed. Afrontamento, Porto, Portugal

ALBÓ, Xavier. *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Peru*. La Paz, 2008.

ALIMONDA, H. *Buscando una herencia en Comala (Apuntes sobre Ecología Política latinoamericana y la tradición marxista)*. Mimeo.

BARTRA, Armando 2008 *El Hombre de Hierro. Los límites sociales y naturales del capital*. UACM.

BORÓN, A. *Marxismo Hoy*, Buenos Aires, Clacso 2006.

BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2002.

CASANOVA, P. G. *Colonialismo Interno (Una redefinición)*. In BORÓN, A. *Marxismo Hoy*, Buenos Aires, Clacso 2006.

- CLASTRES, Pierre, 1982 *Arqueologia da Violência – Ensaio de Antropologia Política*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- CLASTRES, Pierre, 1978 - *A Sociedade contra o Estado*. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- DÍAZ-POLANCO, Hector. *El Canon Snorry*. UACM, Ciudad de México, 2004.
- ENGELS, Frederick, 1977. *Anti-Dhüring*, Ed. Sociales, Paris, 1977.
- CECEÑA, A. E. y SADER, E. (Coords.) *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, Clacso, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Barcelona: Grupo Editorial Norma, 1996.
- ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. En: Sachs, W. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- LAFONT, R. *La Revolucion Regionalista*. Barcelona, Ariel, 1971.
- LANDER, E. (Inédito) *Los límites del planeta y la crisis civilizatoria Ambitos y sujetos de las resistencias*, Buenos Aires, GTHE-Clacso 2009.
- LARREA, A. M^a. (Inédito) *La Disputa De Sentidos Por El Buen Vivir Como Proceso Contrahegemónico*, Buenos Aires, GTHE-Clacso 2009.
- LEFE, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2006.
- LINERA, A. G. *Democracia Liberal X Democracia comunitária*. Revista Pulso, La Paz, 2003.
- MARX, Karl - s/d. *A Ideologia Alemã*, vol. 1. Editorial Presença/Portugal e Livraria Martins Fontes/Brasil.
- MATTICK, Paul, 1977. *Integração capitalista e ruptura operária*. Edições Apartado, Porto, Portugal.
- PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2001. *Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. En: CECEÑA, A. E. y SADER, E. (Coords.) *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, Clacso, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2001^a. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades e sustentabilidad*. México, Siglo XXI, 2001a.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, 2007. *Uma Outra Verdade Inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna*. Consultar <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730618884.doc>).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2009. *Abya Yala, o des-cobrimto da América*. En: <http://otrosbicentenarios.blogspot.com/2009/01/abya-yala-o-descobrimento-da-america-cw.html>.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *La Globalización de la Naturaleza y la Naturaleza de la Globalización*, CIDECI-Universidad de la Tierra, San Cristóbal de las Casas, Chiapas, México, 2015.

QUIJANO, A. 2000 *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. In Journal of World-systems research, vi, 2, summer/fall 2000: 342-386.

RAFFESTIN, Claude, 1982 – *Por Uma Geografia do Poder*. Ed. Ática, São Paulo.

RODRIGUES, A. J. *Urbanismo e Revolução*. Ed. Afrontamento, Porto, Portugal, 1977.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis, Vozes, 2000.

SANTOS, Milton 2001 *Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal*. E. Record, Rio de Janeiro.

TAPIA, Luis (Inédito) *El triple descentramiento*, Buenos Aires, GTHE-Clacso 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel, 2008. *Historia e dilemas de los movimientos anti-sistémico*. UACM, México.

ZIBECHI, Raúl, 2007. *Dispersar el poder: los movimientos sociales como poderes anti estatales*. Editorial Tinta Limón, Buenos Aires.

Abstract

The article reflects on the challenges faced by contemporary emancipative movements, especially in the face of the crisis of power/know modern capitalist world system patriarchal colonial that inhabits us since 1492. It is assumed that it is a multidimensional crisis of large duration and that puts at risk the traditions of thought. Seek other horizons of meaning from a critical evaluation of the epistemic-political repertoire of emancipative movements based on the experiences of social struggles underway, especially in Latin America/Abya Yala.

Keywords: emancipative Movements. Territorial fights. Plurinationality.